

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE CIÊNCIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL I

SAPATINI, V.G.C¹; MOYA, P.T²; BARILI, Z.T¹; NASCIMENTO, T¹

¹ Discentes do Curso de Ciências Biológicas FAP

² Docente da Faculdade de Apucarana

RESUMO: Esse artigo visa entender as dificuldades enfrentadas pelos professores em organizar o processo de ensino e aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais. Sistematizamos esse estudo em dois momentos: primeiro contemplamos uma análise sobre os aspectos históricos dos deficientes em nível mundial e as leis que legitimam a inclusão no sistema educacional brasileiro. No segundo momento, apresentamos a análise dos dados obtidos nos questionários aplicados aos professores.

Palavras-chaves: Ensino Regular, Práticas Pedagógicas, Inclusão

ABSTRACT: This article aims to understand the difficulties faced by teachers in organizing the process of teaching and learning for pupils with special educational needs. We systematize this study in two stages: first contemplate an analysis of the historical aspects of disabled people worldwide and laws that legitimize the inclusion in the Brazilian educational system. In the second, we present the analysis of data obtained from questionnaires given to teachers.

Keywords: Regular Education, Pedagogical Practices, Inclusion

INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado A educação inclusiva e a organização do ensino de Ciências no Ensino Fundamental I visa entender as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular em organizar o processo de ensino e aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais, principalmente, na disciplina de ciências com o objetivo propor melhorias na educação especial.

Os alunos de inclusão têm o direito garantido por lei de frequentar o ensino regular de ensino. A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, dispõe em seu art. 58, que a educação escolar deve situar-se na rede regular de ensino e determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado.

No entanto, somente o acesso a educação regular não garante a qualidade do ensino, o aluno especial deve ter as mesmas oportunidades dos alunos ditos “normais”. Para sua efetivação, são necessários vários apoios, tais como: adoção de novas práticas pedagógicas, a fim de atender a todos, capacitação dos professores para saber lidar com diferentes situações. É preciso também criar uma rede de apoio que envolva todos, o aluno especial precisa participar ativamente no seu processo de inclusão. Por meio da inclusão a criança vai se tornar um adulto capaz de enfrentar desafios e, é a partir da escola que ela desenvolve o pensamento, a socialização e a auto-estima.

Neste contexto, vemos que a inclusão é algo multidisciplinar: todos devem estar envolvidos para que a inclusão aconteça de fato, na escola o professor vai assumir papel fundamental, pois ele vai interagir ativamente com aquele aluno de acordo com suas potencialidades. O conhecimento teórico é necessário para sua efetivação, o professor deve sempre buscar o conhecimento e a inovação.

O objetivo deste artigo é verificar se os professores estão preparados para atender o aluno especial, quais suas dificuldades, suas metodologias, saber como é o suporte prestado pela escola, e quais as ações implementadas para garantir a inclusão do aluno. Para tal verificação utilizamos como metodologia uma pesquisa de campo por meio de questionários para professores do município de Apucarana, que atuam no ensino fundamental I, na modalidade regular e, que possuem em sua sala alunos de inclusão. Participaram deste questionário 07 professores.

A pesquisa poderia abordar todas as disciplinas, mas delimitamos na área de ciências, pois acreditamos que o ensino de ciências é a disciplina que lida com a vida e suas diferenças, ela tem o poder de preparar o aluno diante das circunstâncias da vida, concordamos com Vilela-Ribeiro e Benite (2010, p. 587) que diz:

Assim como em todas as outras áreas do conhecimento, o professor de ciências (Química, Física e Biologia) deve estar preparado para

lidar com as diferenças dos alunos em sala de aula, inclusive com aqueles com necessidades educativas especiais, e, por isso, a importância de se discutirem as políticas educacionais de formação inicial de professores de ciências.

A relevância desse estudo está em promover reflexões sobre o papel do professor no processo de ensino e aprendizagem, na disciplina de ciências. Desse modo, a justificativa da realização dessa investigação é contribuir na promoção da aprendizagem pelos alunos com necessidades especiais.

Diante disso, sistematizamos esse estudo em dois momentos: primeiro contemplamos uma análise sobre os aspectos históricos dos deficientes em nível mundial e, retratamos as leis que legitimam a inclusão no sistema educacional brasileiro. No segundo momento, apresentamos a análise dos dados obtidos nos questionários aplicados aos professores.

REFERENCIAS TEÓRICO-METODOLÓGICO

Para a realização desse estudo realizamos um levantamento bibliográfico sobre os aspectos históricos e a legislação da Educação especial no Brasil. Além disso, contemplamos uma pesquisa de campo por meio de um questionário.

A pesquisa de campo pretende coletar informações diretamente com a população pesquisada. Para tanto, organizamos 10 (dez) questões, 3 (três) questões abertas e as restantes objetivas. Nesse sentido, a população pesquisada é composta por professores de instituições públicas do município de Apucarana. O questionário é um material relevante e uma fonte que contribui para o pesquisador analisar a realidade investigada (GIL, 2010). Por meio dele quem está respondendo as perguntas tem livre arbítrio. Com isso, os participantes não são induzidos a apresentar respostas.

CONCLUSÃO

A proposta deste artigo foi conhecer a história dos deficientes, retratando sua caminhada e as novas conquistas para os alunos que apresentam alguma necessidade educacional especial no ensino regular, e entender as dificuldades enfrentadas pelo professor em organizar o processo de ensino e aprendizagem para esses alunos. Neste artigo, fica claro o direito dos alunos especiais em frequentar o

ensino regular. Não temos dúvidas que eles necessitam de uma educação de qualidade, para isso eles precisam estar incluídos no processo de ensino e aprendizagem e não apenas inserido nele.

Muitas são as leis que garantem sua inclusão tanto a nível Federal, Estadual e Municipal, mas infelizmente não é o que podemos observar na prática, cabe aos órgãos governamentais e as instituições públicas e privadas implementar a Educação Inclusiva de forma satisfatória.

Quanto aos educadores vemos durante esse artigo que as maiores barreiras consistem em desenvolver estratégias de ensino e aprendizagem que atenda as diversidades dos alunos isso se dá pelo seu despreparo, falta de conhecimento, de apoio da escola, falta de material pedagógico e até mesmo da família, tudo isso torna o processo de inclusão falho.

Acreditamos que o investimento na educação continuada dos professores é fundamental para a criação de escolas inclusivas, mas cabe lembrar que sozinho o professor não promove a inclusão. Inclusão se faz junto, é algo multidisciplinar. E os beneficiados de tudo isso não é somente a criança com necessidades especiais, mas sim, todas as crianças. Visto que proporcionando um ambiente diversificado, oferecemos aos alunos a oportunidade de conviver com as diferenças e assim ele saberá conviver em sociedade.

Para finalizar terminamos com a frase de Maria Teresa Eglér Mantoan, autora e é uma das maiores defensoras da educação inclusiva no Brasil, “Na escola inclusiva, professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças, esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa” (MANTOAN, 2005, p. 24-26).

REFERÊNCIAS

Educação inclusiva e formação de professores: desafios e perspectivas a partir do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 171-198, jan./abr. 2016. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em 20 fev. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei Nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 23 de mai. de 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei** Nº 4.024, de 20 DE dezembro de 1961 <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-normaatualizada-pl.pdf>. Acesso em 20 mai de 2016.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Adotada e Proclamada pela Resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 27 de set. de 2016.

Declaração de Salamanca. UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em 01 de julho de 2016.

Declaração mundial sobre educação para todos. UNESCO, 1990. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> >. Acesso em: 27 set. 2016

SASSAKI, R. K. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

Convenção da Guatemala. BRASIL, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>. Acesso em 20 ago de 2016

VILELA-RIBEIRO, E.B.; BENITE, A.M.C. **A educação inclusiva na percepção dos professores de Química**. *Ciência & Educação*, v.16, n.3, p.585-594, 2010.

RINALDI, R.P.; REALI, A.M.M.R.; COSTA, M.P.R. **Formação de professores e Educação Especial: Análise de um processo**. *Educação Especial: aspectos conceituais e emergentes*. São Carlos: EdUFSCar, 2009, p. 152.

Fala, Mestre! Entrevista com Maria Teresa Eglér Mantoan por Meire Cavalcante. *Revista Escola*, p. 24-26, mai. 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.